

BRASILIANAS

POR WILLIAM FRANÇA



A ação questiona ainda a falta de clareza da nova lei

Fecomércio contesta lei que obriga empresas a liberar banheiros no DF

A Fecomércio-DF ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça do DF contra a Lei Distrital nº 7.928/2026, que obriga drogarias, padarias e demais estabelecimentos comerciais a disponibilizarem gratuitamente banheiros a clientes e usuários autorizados. A entidade pede medida cautelar para suspender a norma e sustenta que a regra, de autoria do distrital Chico Vigilante (PT), aprovada na Câmara Legislativa e sancionada pela governadora Celina Leão (PP), invade competência privativa da União para legislar sobre direito civil. Segundo a ação, a lei não apenas regulamenta atividade comercial, mas cria um direito de acesso compulsório a áreas privadas, inclusive para pessoas sem relação de consumo, impondo uso gratuito de estrutura particular. A Federação afirma que a norma interfere no direito de propriedade ao obrigar o empresário a permitir circulação e utilização de instalações internas, gerando responsabilidades e custos não avaliados. A ADI também questiona a falta de clareza sobre quem poderá utilizar os sanitários, como será autorizado o acesso e quem responderá por danos ou incidentes, além de considerar desproporcional a possibilidade de suspensão do alvará de funcionamento e apontar ausência de estudo prévio de impacto regulatório.



A Sanfona Lascada, de Ceilândia, conquistou a Grande Final

‘Sanfona Lascada’ vence o Candangão

A “Sanfona Lascada”, de Ceilândia, conquistou a Grande Final do Candangão Junino 2026 após dois dias de apresentações na Praça do Trabalhador. Com 44 anos de atuação, o grupo é referência no movimento junino do Distrito Federal e encerrou a temporada com desempenho que emocionou público e jurados. A Sabugo de Milho ficou em segundo lugar, seguida pela Êta Lasquêra, pela Segue o Fogo e pela Si Bobiá a Gente Pimba. A disputa foi avaliada por músicos, professores de dança, coreógrafos, estilistas e especialistas em cultura popular, que analisaram os quesitos técnicos da competição. O presidente da Federação de Quadrilhas Juninas do Distrito Federal e Entorno, Robson Vilela, o Fusca, destacou a qualidade das apresentações e o envolvimento das comunidades. A edição 2026 reuniu 21 quadrilhas que percorreram etapas em Sobradinho, Planaltina, Santa Maria, Samambaia e Ceilândia, atraindo milhares de espectadores e consolidando o Candangão Junino como principal circuito cultural do DF e Entorno.

Setor cobra critérios na norma e pede regras claras

Após a sanção da Lei nº 7.928/2026, a Fecomércio-DF passou a cobrar diálogo com o GDF para regulamentar a obrigação de disponibilizar banheiros em estabelecimentos comerciais. A entidade afirma que a norma entrou em vigor sem prazo de adaptação e sem diferenciar estruturas de grandes redes e pequenos negócios, incluindo imóveis antigos ou com sanitários restritos ao uso interno. O setor pede critérios objetivos para definir acessibilidade, possibilidade técnica de acesso, banheiros compartilhados e responsabilidades por eventuais obras, além de parâmetros que evitem custos desproporcionais. A Federação alerta que despesas permanentes com água, energia, limpeza, materiais de higiene e manutenção podem comprometer a operação de empreendimentos de menor porte, que não possuem estrutura para receber fluxo adicional de usuários. Também defende que a regulamentação considere situações em que adaptações são inviáveis ou exigem intervenções estruturais de alto custo, evitando impactos que afetem a atividade comercial.

CLDF recebe Mostra de Arte e Literatura

A Câmara Legislativa sediou a abertura da VIII Mostra de Arte e Literatura da Academia Internacional de Cultura, marcada pela posse de Luiz Eduardo de França Marinho como membro da entidade, pela entrega do Troféu Mulher AIC à empreendedora Marta Barbosa e pela homenagem à artista Iza Kuiaski. A presidente da AIC, Shirley Pontes, destacou o apoio institucional da Casa e afirmou que a iniciativa reforça a importância de aproximar produção cultural e público.

Na mostra literária, autores apresentaram obras recentes de ficção, poesia, autobiografia, arquitetura e autoajuda, ampliando a diversidade de gêneros da programação. Em seu discurso de posse, Luiz Eduardo homenageou o patrono da cadeira 69, Marechal-do-Ar Casimiro Montenegro Filho, fundador do Correio Aéreo Nacional, do Instituto Tecnológico da Aeronáutica e do Centro Tecnológico da Aeronáutica. A edição também abriu a Mostra de Artes Visuais na Galeria Espelho d’Água, com 58 obras de 14 artistas, disponível ao público de segunda a sexta-feira, das 12h às 17h30, até 14 de agosto.



Ministro da Fazenda negou que crise do BRB seja problema da União

“BRB passou R\$ 12 bilhões ao Master e recebeu guardanapos”

Ministro da Fazenda, Dario Durigan, fez declaração durante entrevista

Por Isabel Dourado

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou nesta segunda-feira (27), que a União não tem “nada a ver com o BRB”, cujo acionista majoritário é o Governo do Distrito Federal (GDF).

“O tema do BRB começa com crime. O BRB tem boas operações, tem boas carteiras, mas ele basicamente passou R\$12 bilhões para o Master e recebeu guardanapo de volta. Recebeu papel que não valia nada”, destacou o ministro, em entrevista à Rádio Jornal, de Pernambuco.

O Banco de Brasília (BRB) enfrenta uma crise de liquidez após as operações com o banco Master, de Daniel Vercaro. Segundo o presidente do BRB, Nelson de Souza, pelo menos R\$ 8,8 bilhões da carteira de créditos do Master compradas pelo banco correspondem a títulos inexistentes, fraudados ou de difícil recuperação. “Estamos falando de uma situação que o Governo do DF é o único acionista. Na União, no meu caso aqui, do Governo Federal, não temos nada que ver com o BRB. O BRB é um banco cujo acionista principal é o Governo do DF, que dilapidou o patrimônio, seja do DF, seja do banco. É disso que estamos falando de uma origem criminosa, de um pro-

blema grande.”

O ministro da Fazenda afirmou ter levado ao Supremo Tribunal Federal (STF) a posição do Banco Central (BC) que apontou que não há risco sistêmico no eventual fato do BRB ser liquidado ou extinto. No final de maio, o BRB fechou um acordo de R\$6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que foi homologado pelo STF.

“A atual governadora, Celina Leão, entrou com uma ação no Supremo dizendo: ‘A União tem que vir me ajudar’. E aí eu disse no Supremo: ‘De jeito nenhum. Isso aí é um problema do DF’. O DF tem fundos constitucionais para lidar com isso. A União pode ajudar na discussão com o sistema financeiro, trazer o Banco Central. E o Banco Central disse, na mesa do Supremo: ‘Não tem risco sistêmico o eventual fato do BRB ser liquidado ou extinto’”, ressaltou Durigan.

O ministro também destacou, durante a entrevista, que “de fato tem problema para a população do DF”. “Agora, o BRB está mostrando para o sistema privado, para o FGC, para os bancos, qual é o caminho de saída e os bancos estão se convencendo ou não de que o BRB tem um plano consistente para receber essa ajuda e se transformar em uma instituição que siga com seriedade.”